

# Geopolítica do Brasil, Cultura Estratégica e herança portuguesa



*Oscar  
Medeiros Filho*

Recentemente completamos 200 anos de independência. Diferentemente do que aconteceu com nossos vizinhos, o nascimento do Brasil como Estado nacional é fruto de um projeto de império. Para entender o significado desse processo, faz-se necessário elencar elementos históricos e geográficos que contribuíram para a trajetória do Brasil e que possibilitaram ao País celebrar seu bicentenário de forma coesa. Para tanto, buscaremos aqui elencar alguns dos traços que compõe a cultura estratégica brasileira.

## *1. Herança portuguesa e construção nacional*

Herdamos dos portugueses um território continental e um modelo institucional baseado nas ideias de unidade, coesão e centralização administrativa. A configuração desse projeto começa a tomar forma a partir de meados do século XVIII quando, a partir da inspiração de Alexandre de Gusmão, o Tratado de Madri (1750) “dava-nos, de jure, aquilo que bandeirantes já nos haviam dado de fato” (Mattos, 2011, p. 178). A partir daquele contexto, o Brasil passava a contar com dimensões territoriais muito próximas das atuais.

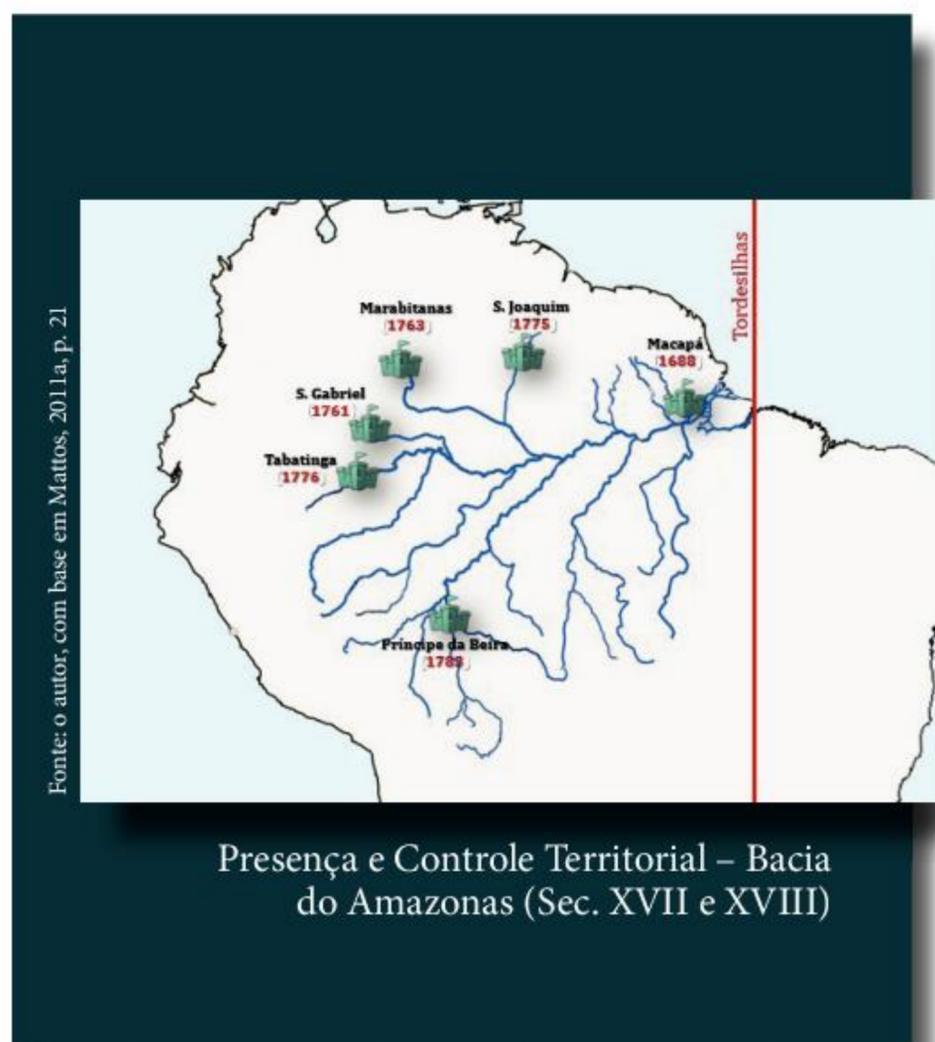
Há que se ressaltar que 1750 foi o ano de início da administração intervencionista do Marquês de Pombal, com base na ideia de um Estado forte e centralizador (Real, 2005), e que se estendeu até 1777.<sup>1</sup> Várias ações da administração pombalina foram fundamentais para a construção territorial do Brasil, como: a extinção do sistema de capitanias hereditárias; a transferência da capital da Colônia, de Salvador para o Rio de Janeiro; e a criação da Comissão de Demarcação dos Limites do Brasil, chefiada no norte por seu irmão, Xavier de Mendonça Furtado, entre os anos de 1754 e 1756 (Real, 2005, p. 39).

Essas ações estão impressas em nossa história e são testemunhas do cuidado cioso da cultura portuguesa no trato da gestão territorial. O controle da bacia amazônica, por exemplo, pela construção de fortes e fortins em áreas de fronteira, ao longo de diversos de seus rios, é uma das marcas da administração pombalina.

De fato, a demarcação, a organização e a ocupação do território constituem uma marca da gestão pombalina. Diante da necessidade de povoamento, entendida como estratégica para a defesa do Brasil, Pombal sugere a construção de uma identidade unitária, abolindo “toda a diferença entre Portugueses e Tapes (índios)” (Real, 2005, p. 33). Nesse sentido, “nas instruções dadas a seu irmão em 31 de Maio de 1751, enfatiza a liberdade dos índios tanto como instrumento de fixação e povoamento quanto de segurança das fronteiras” (Real, 2005, p. 33). Indubitavelmente, a unidade territorial do Brasil hoje deve muito a essas ações, além dos planos de urbanização e povoamento determinados por Pombal (Real, 2005, p. 31-32).

Herdamos assim um dos traços da cultura portuguesa marcadamente presente na gestão pombalina: a ideia de Estado como indutor do desenvolvimento nacional. Ou, em outras palavras, o Estado como “o motor

<sup>1</sup> Nesse período, Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, exerceu as funções de Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra (1750-1755) e de Secretário de Estado dos Negócios Interiores do Reino (1755-1777).



Presença e Controle Territorial – Bacia do Amazonas (Sec. XVII e XVIII)

da sociedade” (Real, 2005, p. 74). Nesse sentido, o Estado parece se antecipar à construção do território e da própria noção de nacionalidade.

Esses elementos de Estado forte e centralizador, como “motor” da unidade territorial e da construção nacional, transparecem fortemente nas ações de seu afilhado, D. Rodrigo de Sousa Coutinho – Conde de Linhares (1755-1812). Como um dos principais conselheiros de D. João desde sua assunção em 1792, D. Coutinho passou a atuar diretamente na condução dos negócios do Estado português, tendo sido um dos idealizadores da proposta de um “novo império”, baseado na ideia de unidade e do sentimento de pertencimento ao “mundo português” (Meirelles, 2017, p. 4). Considerando o contexto europeu daquela época, D. Coutinho passou a defender de forma intransigente, a partir de 1803, a instalação do trono da monarquia na América (Araújo, 1992, p. 237).

Com a transferência da Corte para o Brasil, em 1808, D. Coutinho passou a ocupar, até a sua morte, em 1812, o cargo de Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros

ros e da Guerra. Em meio às suas principais preocupações estavam a centralização e operacionalização das relações externas da Corte portuguesa a partir da sede brasileira. O fato é que, em 16 de dezembro de 1815, três anos após a sua morte, o Brasil é elevado à condição de “Reino Unido a Portugal e Algarves”.

Observa-se, após esse período, a permanência de elementos de um *modus operandi* que se mantém no Brasil-Império e no Brasil-República. Analisando o período compreendido entre os anos de 1815 e 1930, Coutinho (2020) constata que, desde sua elevação à categoria de Reino Unido, “o Brasil passou a adotar uma estratégia claramente direcionada para a ocupação efetiva e fortalecimento da soberania sobre nosso território de dimensões continentais, assim como pela formação de uma identidade nacional” (Coutinho, 2020, p. 19). Assim, estudando expoentes da área Acadêmica e da Política nacional, como José Bonifácio de Andrada e Silva, Francisco Adolpho Varnhagen e João Pandiá Calógeras, o autor observa que um ponto comum no pensamento geopolítico desses autores é a ideia de coesão territorial e de identidade nacional (Coutinho, 2020, p. 20). José Bonifácio de Andrada e Silva, por exemplo, era

um defensor desse modelo centralizador e de unidade nacional, a ponto de sugerir, ainda no início do Brasil independente, a mudança da capital para o centro geográfico do país, a fim de constituir polo de atração das áreas periféricas (Mattos, 2011, p. 177).

Certamente, foram essas condições fundamentais que permitiram ao Brasil manter, mesmo depois de sua independência e da República, a unidade territorial brasileira.

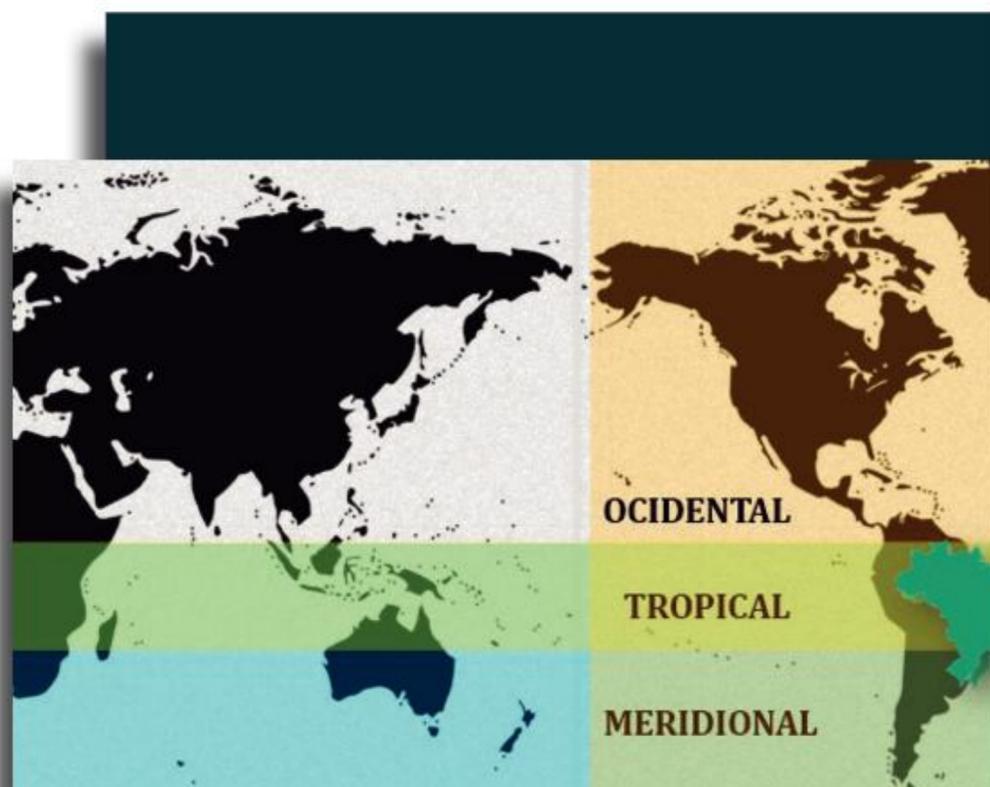
## 2. Situando a geopolítica do Brasil e suas implicações estratégicas

Analisamos na seção anterior a importância da cultura estratégica portuguesa para a configuração territorial do Brasil. É importante ressaltar, entretanto, que, por seu caráter de permanência, o fator mais relevante para a definição de uma grande estratégia nacional é a sua geografia: seu espaço e sua situação. A localização é um imperativo geopolítico. Os países estão condenados a viverem eternamente em sua vizinhança. Diferentemente do que ocorre entre as pessoas humanas, os Estados nacionais não dispõem da opção estratégica de mudança domiciliar. Estávamos situados aqui há 200 anos e, certamente, estaremos pelos próximos 200.

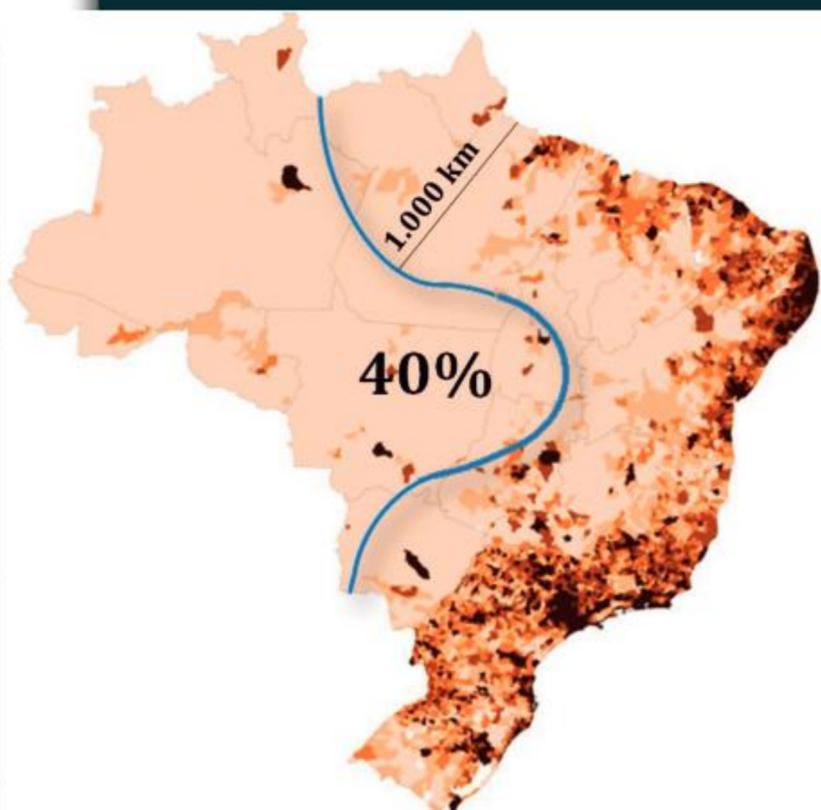
Do ponto de vista de sua situação, o Brasil é um país majoritariamente tropical, situado nos hemisférios sul e ocidental e às margens do Oceano Atlântico. Essa é a nossa situação.

Por mais que vivamos no século XXI envoltos por vetores de globalização e por fluxos de toda ordem que aparentemente desconhecem fronteiras nacionais, é prudente lembrar que a geografia e seus “fixos” continuam importando, e muito!

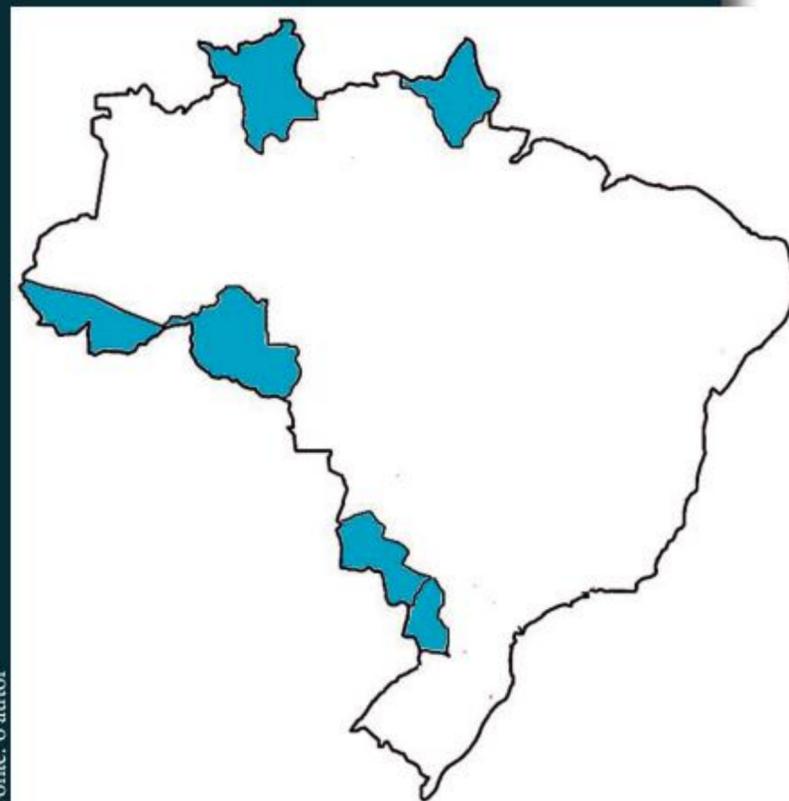
Em relação às características do nosso espaço, além de suas dimensões continentais, deve-se registrar que quase metade (40%) do território brasileiro dista a mais de mil quilômetros do litoral.



Localização: um imperativo geopolítico



Densidade demográfica (Brasil – 2017)



Fonte: o autor

Territórios federais em 1944<sup>2</sup>

Isso significa que somos um país com alta taxa de continentalidade e uma população que, historicamente, ficou concentrada em seu litoral. No interior, os desafios estavam relacionados à carência de infraestrutura de transporte, ao subdesenvolvimento socioeconômico e à carência da presença efetiva do Estado.

Historicamente, esse déficit estatal em áreas fronteiriças sempre foi entendido como uma vulnerabilidade à unidade nacional e, conseqüentemente, um risco à sua integridade territorial. Ao longo do Governo Vargas, por exemplo, discutia-se, como estratégia para o fortalecimento dessas regiões limítrofes, a subordinação dessas porções territoriais diretamente ao poder central (Mattos, 2011, p. 184). Essa política veio a ser adotada oficialmente em 1944, com a criação de cinco Territórios Federais em áreas de fronteira, juntando ao já criado Território do Acre.

Decorre dessa condição histórica de vazio demográfico e déficit estatal em áreas fronteiriças a preocupação geopolítica com o processo de ocupação dessas áreas interiores, expressa na ideia de “Marcha para o Oeste”.

### 3. *Pensamento geopolítico nacional*

Feito esse preâmbulo histórico e geográfico, buscaremos apresentar elementos da geopolítica nacional e a contribuição militar – notadamente a partir da perspectiva do Exército Brasileiro – para a evolução do pensamento estratégico brasileiro.

Uma breve passagem por três expoentes do pensamento geopolítico militar brasileiro releva esses elementos: Travassos, Golbery e Meira Mattos.

<sup>2</sup> Para além do Território do Acre, criado pelo Decreto nº 1.181, de 25 de fevereiro de 1904, o Decreto Lei nº 5.812, de 13 de setembro de 1944, criava os seguintes territórios federais em áreas de fronteira, com controle direto do governo central: Amapá (desmembrado do Pará); Rio Branco (hoje Roraima), desmembrado do Amazonas; Guaporé (hoje Rondônia), desmembrado do Amazonas e Mato Grosso; Ponta Porã (desmembrado do Mato Grosso – hoje Mato Grosso do Sul); e Iguassú (desmembrado do Paraná e Santa Catarina).

### 3.1. Mário Travassos (1891-1973)



<https://commons.wikimedia.org>

Travassos produz basicamente ao longo das décadas de 1930 e 1940. Lança os fundamentos do pensamento geopolítico brasileiro, em 1931, com a publicação do livro “Características Geográficas da América do Sul”, posteriormente denominado “Projeção Continental do Brasil”. A partir da análise das condicionantes geográficas da América do Sul, Travassos analisa os desafios internos e externos da projeção nacional, considerando a necessidade de um sistema de circulação baseado na comunicação de transportes. Fundamentado na configuração geomorfológica do País e de seu entorno, nas barreiras naturais e nas linhas de penetração, Travassos chama a atenção para os “antagonismos” presentes no continente sul-americano, que separam o litoral Pacífico do Atlântico (de forma longitudinal) e a bacia do Prata da bacia do Amazonas (de forma transversal). Em relação a esse último, tratava-se de um risco à unidade territorial brasileira, na medida em que, considerando-se o vazio que dominava o centro-oeste brasileiro, era possível se falar de dois imensos “brasis” mais ou menos excêntricos: o Amazônico e o Platino (Travassos, 1938, p. 91).

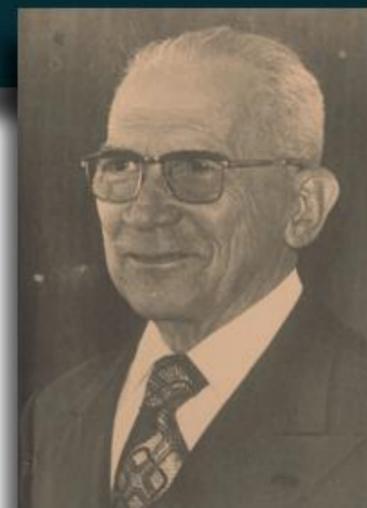
Diante desse quadro, para Travassos “somente sob o domínio da pluralidade dos transportes poderá o Brasil exprimir toda a força de sua imensa projeção coordenadora no cenário da política e economia continental.” (Travassos, 1938, p. 140). É nesse sentido que Travassos irá saudar o Plano Geral de Viação Nacional lançado pelo Governo Vargas, em 1934.



Fonte: Adaptado de Travassos, 1938, p. 91

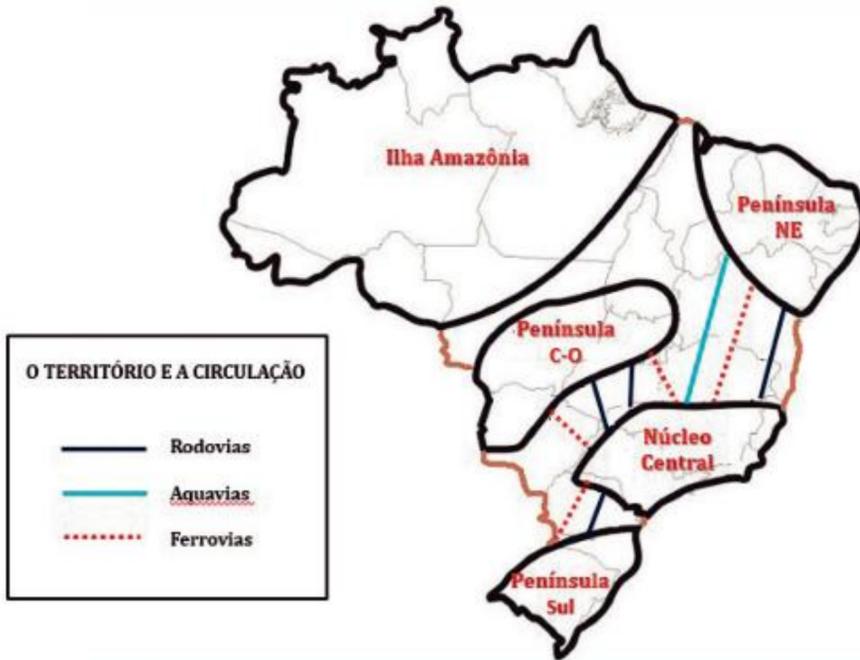
Síntese Geográfica do Brasil

### 3.2. Golbery do Couto e Silva (1911-1987)

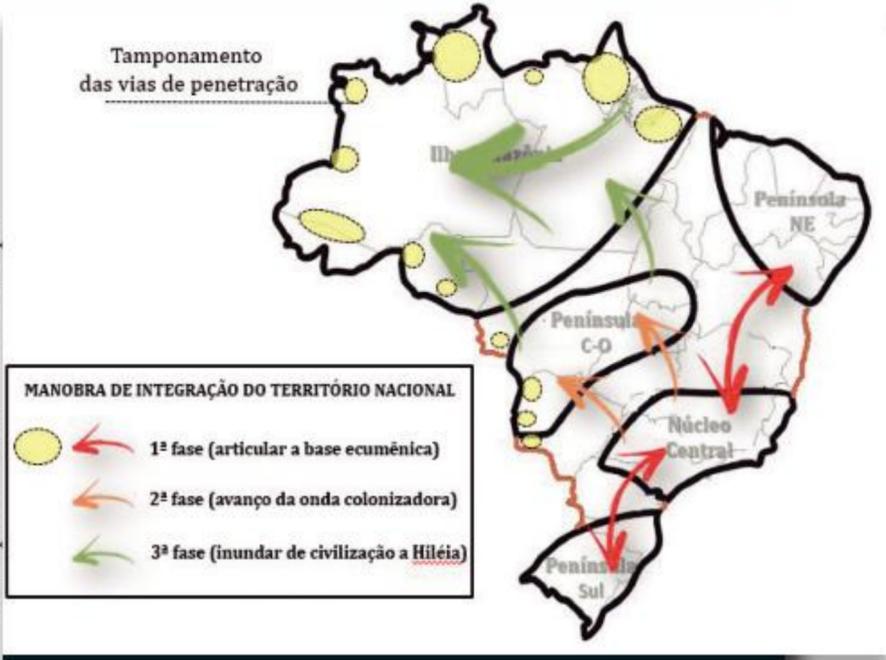


Domínio Público, 1981. Arquivo: Arquivo Nacional

Golbery produz seu pensamento geopolítico especialmente ao longo das décadas de 1950 e 1960 no contexto da Guerra Fria, contribuindo para compor as bases da Doutrina de Segurança Nacional, segundo a qual a ideia de desenvolvimento figurava como condição fundamental para a segurança nacional. Pode-se resumir suas ideias, do ponto de vista externo, em dois aspectos: de um lado, a opção pelo Ocidente, e, de outro, a defesa da autonomia estratégica e da consequente manutenção da liberdade do Brasil, considerando o seu potencial geopolítico.



Território nacional e circulação, segundo Golbery



Manobra geopolítica, segundo Golbery

Do ponto de vista interno, Golbery se depara com os mesmos problemas já apontados por Travassos, oriundos do desafio de coesão e integração nacional. Para ele, geopoliticamente o território nacional poderia ser representado por um “arquipélago”, composto por um núcleo central e três “penínsulas” (Nordeste, Sul e Centro-Oeste), fragilmente conectadas por escassas vias de comunicações de transportes, além de longínqua “ilha”: a Amazônia.

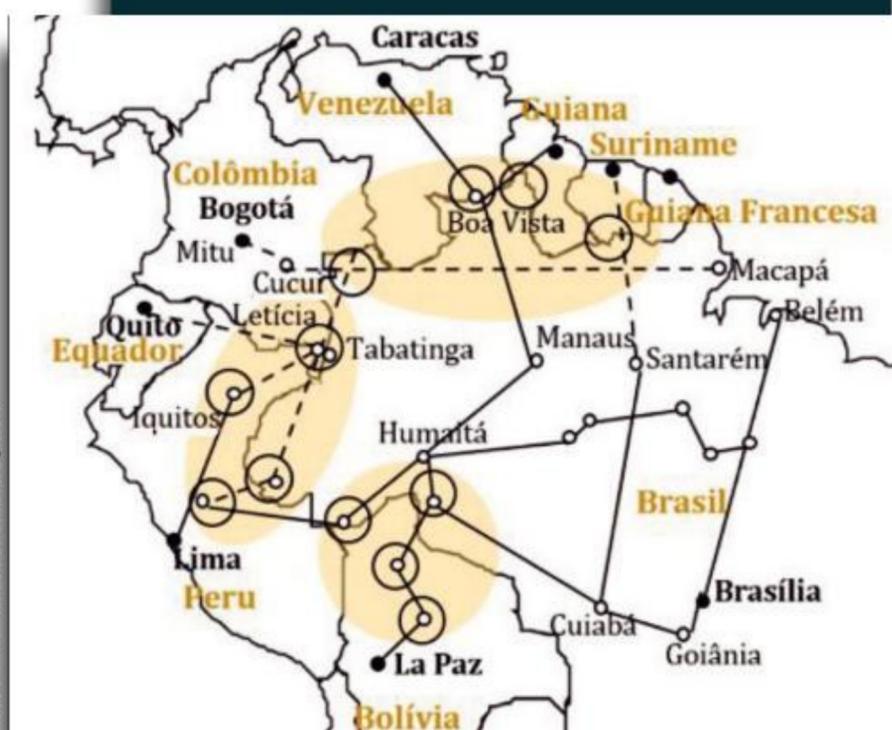
Diante dessa vulnerabilidade territorial, Golbery propunha a adoção de uma “manobra de integração do território nacional”, um conjunto de tarefas visando à coesão, integração e valorização do território nacional. Tal manobra seria executada em três fases distintas: 1ª) articular a base ecumênica de nossa projeção continental, ligando o Nordeste e o Sul ao núcleo central do país; 2ª) impulsionar o avanço para noroeste (integrar a península centro-oeste); e 3ª) “inundar de civilização a hileia” amazônica (Couto e Silva, 1981, p. 92). Portanto, do ponto de vista interno, a manobra geopolítica nacional proposta por Golbery consistiria na “interiorização do

progresso e do desenvolvimento”, por meio da articulação dos transportes e da criação de “polos de germinação” (Silva; Dal-Moro, 2017, p. 137). Como o próprio Golbery afirmava: “A primeira tarefa, pois, visando à integração e valorização do território nacional, há de ser forçosamente a de vitalizar esses istmos de circulação” (Couto e Silva, 1981, p. 47).

### 3.3. Carlos de Meira Mattos (1913-2007)

A obra de Meira Mattos coincide com o projeto de “Brasil-Potência”. Não obstante o reconhecimento dos desafios geopolíticos já apresentados por seus predecessores, sua obra revela o entusiasmo pelo potencial que o Brasil demonstrava pos-





Áreas interiores de intercâmbio fronteiriço

suir. Para ele, a dimensão e a riqueza natural do território, somados à unidade nacional, por si só representavam insumos consideráveis de poder para o Brasil (Mattos, 2011). Entretanto, apesar disso, o País permanecia carente de infraestrutura de transportes e de comunicações, apresentando áreas pouco povoadas. Assim como seus predecessores, Meira Mattos condicionava a segurança e o desenvolvimento nacional a uma necessária política de interiorização (Mattos, 2011).

Do ponto de vista externo, Meira Mattos testemunha o aumento das preocupações ecológicas e da pressão internacional sobre a Amazônia. Buscando soluções para dirimir o problema, vislumbra-se a ideia de gestão territorial compartilhada daquela região, na forma de “condomínio” e por meio da cooperação com os países amazônicos, como mecanismo capaz de gerar escala de poder à região e garantir autonomia estratégica aos condôminos. É essa a ideia que está por trás do Tratado de Cooperação Amazônica (TCA), cujas ideias encontram respaldo na obra “Uma Geopolítica Pan-Amazônica”, publicada em 1980.

O TCA, assinado em 1978 pelos países amazônicos, representava uma interessante estratégia de enfrentamento da pressão ambientalista internacional e da suposta tese de internacionalização da Amazônia. A esse respeito, deve-se ressaltar o conceito de “áreas de intercâmbio fronteiriço”, desenvolvido por Meira Mattos, como um instrumento de integração regional. A finalidade seria estimular no entorno das áreas de conexão fronteiriça a criação de polos binacionais de desenvolvimento socioeconômico. A ideia de utilização dos espaços fronteiriços, como elemento de integração, buscava, por meio da cooperação regional com os países vizinhos, incentivar projetos de desenvolvimento regional e de ocupação territorial na Amazônia.

É nesse período também, dos anos 1970 para 1980, que a Amazônia passa a figurar como prioridade da Defesa Nacional, graças à distensão das relações entre Brasil e Argentina que encerra o longo período de conflito geopolítico em torno da Bacia do Prata. Do ponto de vista geopolítico, pode-se denominar esse período de sul-americanização da política externa brasileira por colocar, entre suas prioridades, a defesa soberana da Pan-Amazônia, por um lado, e pela aproximação estratégica com a Argentina, até então sua principal rival na região.

#### 4. Considerações finais: síntese do pensamento estratégico brasileiro

Atentando-se à dimensão geográfica, à trajetória histórica e à situação geopolítica do Brasil, podemos destacar dois aspectos que resumem as possibilidades e os desafios estratégicos do País: a) sua grandeza territorial, que lhe credencia ao status de potência no concerto das nações; e b) seu acanhado grau de desenvolvimento, que, de certo modo, ainda lhe impõe desafios de colonização, especialmente em relação às suas áreas mais periféricas.

Como consequência, observa-se um fio condutor que perpassa o pensamento geopolítico militar brasileiro. Dois aspectos principais devem ser destacados nesse sentido. Primeiro, os desafios de ordem interna. Há uma sensação de incompletude em relação ao projeto nacional brasileiro que tem origem na imensidão territorial herdada do império português e que, em virtude dos imensos desafios geográficos e das próprias vulnerabilidades socioeconômicas do país, permanece inconcluso em pleno século XXI. O segundo aspecto diz respeito à percepção comum entre esses pensadores de que está reservado ao Brasil um lugar de destaque no concerto das nações. A estatura geopolítica do Brasil credenciaria o país a aspirar status de potência.

Tais aspectos sugerem uma espécie de “ambivalência geopolítica”; ou seja, se por um lado somos considerados um “monster country”, figurando entre os “big ten” (em relação a território, população e PIB), por outro ainda enfrentamos sérios desafios socioeconômicos.

Assim, gostaríamos de concluir este ensaio com breves palavras a respeito das implicações dos aspectos discutidos para a Defesa Nacional e que se expressam nas duas principais estratégias de emprego adotadas pelo Exército Brasileiro: a Dissuasão e a Presença.

A primeira advém da própria condição de Brasil-Potência; de sua estatura geopolítica (grandeza territorial e insumos de poder) que nos credencia ao status de líder regional e de global player. Tal condição exige certo grau de autonomia estratégica e, consequentemente, capacidade dissuasória.

A segunda estratégia – a da Presença – advém de nossas próprias vulnerabilidades internas. O pensamento geopolítico militar brasileiro tem sido marcado pelo desafio da integração e do desenvolvimento nacional. Trata-se de levar a vivificação dos espaços interiores por meio da vertebração territorial (linha de comunicação de transportes como espinha dorsal), do litoral para o interior, em uma constante “marcha para o Oeste”, e do

incentivo ao surgimento de polos de desenvolvimento que permitam o povoamento desses espaços ermos.

Para além do emprego militar clássico, o Exército Brasileiro esteve sempre envolvido com ações subsidiárias, de apoio ao desenvolvimento nacional. Nesse sentido, as palavras do General de Exército Eduardo Dias da Costa Villas Bôas, Comandante do Exército Brasileiro, durante a Audiência Pública realizada pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, em 5 de julho de 2017, parecem emblemáticas. Para ele, ao mesmo tempo em que se busca transformar o Exército, “com capacidade de projeção externa, nós temos que continuar sendo um Exército de colonização. Essa é a realidade” (BRASIL, 2017, n. p.).

Assim, não obstante o significado geopolítico do Brasil-Potência e da relevância da Estratégia da Dissuasão, parece estar na dimensão interna (coesão nacional, centralização, integração e desenvolvimento nacional, especialmente em relação à interiorização da Amazônia) a fonte maior dos elementos que compõem a estratégia militar genuinamente brasileira, herança portuguesa: a Estratégia da Presença!

## Referências

ARAÚJO, Ana Cristina Bartolomeu de. O “Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves” 1815-1822. Revista de Historia das Ideias. Vol. 14. Faculdade de Letras. Coimbra, 1992.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional. Audiência Pública, Reunião nº 0868/17. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2017. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=11&nuSessao=0868/17>.

BRASIL. Exército Brasileiro. História do Exército Brasileiro. Volume 2. Brasília: Estado-Maior do Exército, 1972.

COUTINHO, M. A. de Freitas. As origens do Pensamento Geopolítico Brasileiro: a contribuição de José Bonifácio, Varnhagen e Calógeras. *Análise Estratégica*. Vol 16 (2) mar/mai 2020. pp. 7-23.

COUTO E SILVA, Golbery do. *Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro. Livraria José Olympio Editora, 1981.

MATTOS, Carlos de Meira. Uma Geopolítica Pan-Amazônica. In: *Geopolítica*. (Volume II). Rio de Janeiro: FGV e Biblioteca do Exército, [1980] 2011.

\_\_\_\_\_. *Geopolítica Brasileira: predecessores e geopolíticos*. In: *Geopolítica*. (Volume III). Rio de Janeiro: FGV e Biblioteca do Exército, [1990] 2011.

REAL, Miguel. *O Marquês de Pombal e a cultura portuguesa*. Lisboa, Quidnovi, 2005.

MEIRELLES, Juliana Gesuelli. D. Rodrigo de Souza Coutinho (Conde de Linhares) e a Coleção de papéis, avulsos, cartas, memória, etc. (1808 – 1815). Projeto de Pesquisa apresentado ao Programa Institucional de Pesquisa nos Acervos da USP/IEB. PUC-Campinas, 2017.

SILVA, Jussaramar da; DAL-MORO, Nataniel. Geopolítica e fronteira oeste: diálogos com Meira Mattos e Couto e Silva. *Revista Geográfica de América Central*, nº 58, 2017, pp. 125-150.

TRAVASSOS, Mario. *Projeção Continental do Brasil*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Cia Editora Nacional, 1938.

\_\_\_\_\_. *Introdução à Geografia das Comunicações Brasileiras*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1942.

## *Coronel Oscar Medeiros Filho*

Coronel do Quadro Complementar de Oficiais (EsAEx, 1995). É Bacharel e Licenciado em Geografia (UFMS, 1995). Possui mestrado em Geografia Humana (USP, 2005) e doutorado em Ciência Política (USP 2010), e estágio de pós-doutorado em Relações Internacionais (UnB, 2018). Foi professor na EsPCEEx, na AMAN e no Instituto Meira Mattos (ECEME). Atualmente é Coordenador de Pesquisas do Centro de Estudos Estratégicos do Exército e Professor de Relações Internacionais do Uniceub.